

A FOME DE PODER E O RASTRO DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL. A INTERPRETAÇÃO DE RAYMUNDO FAORO¹

Marcela Mary José da Silva²

1. INTRODUÇÃO

Intérprete pouco estudado, pouco ouvido ou conhecido Faoro foi um desses brasileiros falante de nós, sobre nossas histórias e ocultados por elas. Brasileiros falando do Brasil, dessa nossa história cheia de lacunas, fantasmas e heróis e mistérios. Nesse labirinto, construído na base do silêncio, é um exercício falar sobre a construção de nossa identidade, falar do que ainda não é memória, pelo menos não para muitos. O livro **Os donos do poder** se torna o nosso fio de Ariadne na (re) construção (ou desconstrução) da história desse tempo-espço, chamado Brasil.

Assim como Teseu, esse brasileiro, jurista, debruçou-se sobre a nossa história, com o intuito de buscar nos rastros quase apagados, pistas que explicassem nosso atual estado de “desenvolvimento”, ou melhor, de pertencimento ao círculo dos países, na atualidade, chamados de emergentes. Arriscou-se a encontrar pela frente o nosso Minotauro: **nós mesmos**. Centrado no desejo não só de conhecer, mas também de entender os condicionantes históricos do patronato brasileiro, Faoro analisa, como que fazendo uma árvore genealógica das desigualdades do Brasil, costurando aspectos culturais, sociológicos, antropológicos, políticos e econômicos, os cenários que deram volume, significado e sentido à nossa identidade individual e coletiva, demonstrando expressões de poder em todas as formas de organização pelas quais o Brasil passou, identificando os elementos das desigualdades, políticas, econômicas, étnicas e de gênero.

O caminho eleito por Faoro para analisar o patronato brasileiro foi o da análise da evolução da economia portuguesa desde o século XII, ocupando-se, prioritariamente, em desmistificar a experiência feudal lusa. Portugal não consumou uma experiência clássica de feudalismo, visto que o mercantilismo já batia às portas da nobreza, e a produção agrícola interna já tinha como foco o comércio. Esse perfil começava a esboçar uma estrutura peculiar para a economia lusa, e já se desenham os três elementos fundadores dessa peculiaridade: o **patrimonialismo**, o **estamento** e o **capitalismo politicamente orientado**, que são elementos chaves para a compreensão das desigualdades sociais geradas em Portugal e trazidas nas naus para o Brasil. Aqui, encontraram o solo fértil, fácil e rico, propício à sua reprodução, sobre vários aspectos. É praticamente impossível falar de um desses elementos sem tocar no outro, tamanha a interdependência entre eles na construção e na manutenção de um cenário propício às relações do poder daquela época e que forjaram, é bom salientar, a nossa experiência de identidade, desigualdade e poder até os dias de hoje.

Para avançarmos na compreensão do patrimonialismo e de suas raízes, é necessário entendermos que a proposta do feudalismo, chamado por Faoro de “acidente político e de direito público” não conseguiu resultar em elementos históricos suficientes para se tornar um regime social. Em outras palavras, a produção de base feudal não conseguiu emergir as superestruturas compatíveis com a infra-estrutura proposta, atestando a fragilidade dessa organização econômica. Desse feudalismo frágil, brota o patrimonialismo que, mediando as relações entre a nobreza e o comércio, ambos centrados na figura do Rei como centro de uma nova organização social, o qual, além de reinar, agora

¹ Pesquisa A Família de Maria Ninguém do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA, sob a coordenação da Professora Dra. Fernanda Maria Brito Gonçalves Almeida.

² Assistente Social, egressa da UCSal, mestrande do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. mmjsilva@ig.com.br.

exerce a condição de domínio não só sobre a terra, mas sobre tudo e todos que nela houvesse, incluindo-se aí as relações de comércio e de economia.

Do incremento do comércio, ensaiando o mercantilismo, inaugura-se e fortalece-se a nova infraestrutura. O Rei torna-se único pólo convergente de todas as propriedades, e de todos os súditos, sem intermediários na relação social, tornando-se esta a experiência inicial de um Estado absolutista, que só no século XVIII mostrar-se-ia plenamente.

Na construção desse Estado Patrimonial, “[...] que não diferencia o público e o privado nas suas relações com terras e gentes do reino [...]” e que, também, tira a característica individual da produção, é necessária uma nova organização administrativa que surja com um verniz jurídico. Já é conhecido o papel da ciência e do direito na legitimação e compactação do exercício do poder. No caso português, os juristas estabeleceram uma rede de ordenação de direitos, representações e tributos, o que garantiu a vitalidade do patrimonialismo. Essa vitalidade foi alimentada por meio da organização das participações, ou melhor, das não-participações das camadas populares, nobres e comerciantes, a não ser através dos tributos.

Emerge então, uma outra estrutura, o **estamento burocrático**: uma “sobre-classe” que, como instituição acessória do Rei, tornar-se-ia a bússola do soberano. Iria também centrar-se nas diretrizes do patrimonialismo, uma experiência peculiar de acumulação do capital: o **capitalismo politicamente orientado**, fruto não dos conflitos de classes, mas da centralização econômica, política, administrativa e judicialmente organizada, ditada por essa “camada social não econômica”: o **estamento**.

Nesse Estado Patrimonial Estamental, que passo a passo se fortifica, dissocia-se, no jogo social, o poder e a riqueza. Eis o Estado, de caráter minoritário, extremamente ativo, levantado do senhor virtual de todas as terras, o Rei.

O patrimonialismo, macro expressão da organização do poder, tem seus desdobramentos: o patriarcalismo, expressão mais doméstica dessa representação. Nesta última expressão, o poder se faz representar pela figura masculina do patriarca, que também tinha a função de unir em torno de si os bens, a família, e manter a unidade das comunidades.

No exercício mercantil, associado à tríade: patrimonialismo, estamento e capitalismo politicamente orientado, o Estado Português assimila outros dois elementos: a força militar e a religiosa, sendo a primeira o exercício da força, e a segunda, não menos violenta, expressa na ação evangelizadora. Desse arco, parte a flecha das viagens ultramarinas, mesclando as ações de guerra, de comércio e, conseqüentemente, de administração pública.

Dentre as muitas realidades produzidas por Portugal nesta colônia, é importante destacar as investidas para a destruição da imagem indígena e a política escravocrata. Nesse labirinto, que foi e ainda é a construção de uma **brasilidade** – ou a identificação dela, a escravidão – seja aquela clássica, exercida sobre os índios, negros e mestiços, ou aquela de patricio para patricio, sobre os imigrantes – sempre marcou o **ser**, no Brasil. Essa impressão e expressão de opressão, sempre exercida, embora diversificada, cada vez mais escolhe novos ou velhos objetos, e ganhou o status de nativa: o Brasil nasceu escravo, cativo. No eixo do modo escravocrata de se apossar da colônia estavam as demandas comerciais européias. Primeiro o pau-brasil, depois o açúcar, o ouro e as pedras preciosas, mais tarde o café, o gado. Para cada momento histórico uma demanda; para cada demanda, um grupo responsável; para cada grupo, uma forma de controle: tributária, jurídica, modulando-se a realidade do Brasil com “decretos, alvarás e ordens régias”.

O estamento também impôs limites e possibilidades à construção de uma brasilidade, marcada pela miscigenação e centrada na questão hereditária do poder político e econômico: do útero dos índios nasciam nativos; do útero dos negros, escravos; e dos úteros brancos, portugueses, herdeiros. Gerações se passaram para que o Brasil tenha ou considera **seus próprios filhos**.

A camada social, oriunda da prática dos engenhos, organizava-se e pressionava o governo, já que ela se considerava a nobreza local. Dispositivos de regulação foram adotados pelo estamento, que pouco a pouco especializava seus instrumentos de submissão, disfarçados de autonomia e concessão. A

instituição dos municípios, com uma estrutura definida de administração, sob os auspícios dos Bragança foi uma dessas estratégias. O esforço da corte, leia-se estamento, era para não transformar o pacto colonial em pacto social. Foi assim com a Vinda da Família Real; com a Abertura dos Portos às Nações Amigas, leia-se Inglaterra; foi assim nas revoluções internas exigindo a independência; na instituição do Império, com D. Pedro I; com a Regência Trina; com D. Pedro II; com a libertação dos escravos e com a República.

Segundo Faoro, essa experiência patrimonial-estamental explicaria o atual estado de não-desenvolvimento ou de subdesenvolvimento, pelo qual passa o Brasil. Incluiria aí a identificação não só da origem das desigualdades sociais, mas também das suas formas de reprodução. **Os donos do poder** contribuem, também, para se identificar uma via de compreensão para as dificuldades de organização social que temos. Nossa memória é de um Estado minoritário, patrimonialista, estamental e exógeno, já que a formação do patronato português, que se tornou brasileiro, emudeceu as camadas mais populares e fez desaparecerem imagens e personagens que pudessem dar ao Brasil uma outra versão, longe daquela da terra “em que plantando tudo dá”, ou do éden tropical.

A experiência do estamento, regulando com diversas estratégias as forças emancipatórias – aquelas que denunciavam as desigualdades e criavam raízes da brasilidade associada a um estado capitalista, fruto não dos embates entre as classes, sustentada por uma economia centrada na posse dos bens e na satisfação internacional, são indicativos da gênese das desigualdades e de suas diversas expressões e reproduções no campo social atual, atualizando o entendimento de conceitos tão cotidianos como mercado, globalização, participação e movimentos sociais.

2. METODOLOGIA

Sendo a pesquisa “**A família de Maria Ninguém**” de cunho antropológico, fez-se necessário identificar e qualificar as teias de relação, pelas quais os papéis e os lugares são bem definidos na cena social.

O estudo do livro de Faoro, como instrumento desvelador dos cenários coloniais até os atuais foi eleito como um dos nortes para o reconhecimento das produções e reproduções da figura feminina, em especial da **Maria Ninguém** e de sua família, trazendo, com os seus elementos, indícios do processo pelo qual a mulher aparece ou é ocultada na história da construção da brasilidade, que parece à primeira vista uma brasilidade masculina, branca, rica ou escrava.

Outros intérpretes do Brasil estão dialogando durante a pesquisa, que também se vale de outros autores que buscam estudar e, assim, atualizar as imagens de produção e reprodução do papel da mulher, tendo como pano de fundo a construção histórica da desigualdade. Associados a esses instrumentos, dados estatísticos do Censo de 2000 são usados para estabelecer esse mapa da exclusão através do papel feminino.

3. RESULTADOS ESPERADOS

A pesquisa está dividida em três momentos. O primeiro momento, já em curso, tem como essência a reconstrução dos cenários da sociabilidade nacional, onde, particularmente, cabe a **releitura dos papéis sócio-políticos e designações das mulheres da pobreza**, sobretudo daquelas que exercitam a responsabilidade das suas famílias, procurando recompor a organização societária definidora de espaços e papéis. Ainda nessa etapa, resgatam-se e analisam-se visões que a sociedade tem dessas mulheres – inclusive do que lhes atribui em termos de designações negativas. Isto vem sendo possível de promover através da leitura dos intérpretes do Brasil e das revisões de textos literários, na medida em que refletem ou oferecem a perspectiva de então.

Os momentos seguintes do trabalho estarão assentadas no desenvolvimento de análises etnográficas em dois espaços nacionais: a cidade do Salvador e a cidade de São Paulo.

4. REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano. Capítulos da História Colonial (1500-1800). 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOMFIM, Manuel. América Latina: **Males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora Ltda, 1993.

BUARQUE de HOLLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. In: Santiago, Silviano (Coord). **Intérpretes do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 2002. v.2.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder. 10 ed. São Paulo: Editora Globo- Publifolha, 2000. v1. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

PRADO JR. Caio. Formação do Brasil contemporâneo. In: _____, 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 2002. v2

PRADO, Paulo. Retrato do Brasil. In: _____. **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 2002. v3

FREYRE, Gilberto **Casa Grande e Senzala**. Lisboa: Edições “Livros do Brasil”, 1957.

FIBGE. Rendimento médio mensal real, em salários mínimos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por antigas Grandes Regiões, segundo o sexo – 1989/1999 – Brasil - 1999 - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Disponível em: <http://www.ibge.net/home/estatistica/população/trabalhorendimento/pnad99/tab.7.1.15.1999.shtm>. Acesso em: 24.05.02.

_____. Censo Demográfico. Indicadores Conjunturais. Perfil das mulheres. Tabela 10: Proporção de crianças de 0 a 6 anos de idade, em domicílios com responsáveis mulheres com rendimento de até 2 salários mínimos, segundo as Grandes Regiões. Disponível em: <http://www.ibge.net/home/estatistica/população/condiçãoodevida/indicadoresminimos/default.shtm>. Acesso em: 31.05.02.

_____. Censo Demográfico. Indicadores Conjunturais. Perfil das mulheres. Tabela 1: Pessoas responsáveis pelos domicílios, por sexo, segundo as Grandes Regiões. Disponível em <http://www.ibge.net/home/estatistica/população/condiçãoodevida/indicadoresminimos/default.shtm>. Acesso em: 24.05.02.

_____. Censo Demográfico. Indicadores Conjunturais. Perfil das mulheres. Tabela 2: Pessoas responsáveis pelos domicílios, total e mulheres, segundo as Grandes Regiões. Disponível em:

www.ibge.net/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/default.shtm. Acesso em: 24.05.02.

_____. Censo Demográfico. Indicadores Conjunturais. Perfil das mulheres. Tabela 7: Distribuição percentual de mulheres de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios, por classes de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões. Acessível em:

<www.ibge.net/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/default.shtm> Acesso em: 24.05.02.